

A FORMAÇÃO DOCENTE PARA ATUAÇÃO EM SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: reflexões sobre a formação profissional

Dayane Deyse Gonçalves dos Santos

Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, Alagoas, Brasil. <http://orcid.org/0000-0002-2409-967X>

Simone Pinto Rocha

Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, Alagoas, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-9916-4544>

Maria Dolores Fortes Alves

Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, Alagoas, Brasil. <http://orcid.org/0000-0002-2292-8518>

Resumo

A criação do programa implantação de Salas de Recursos Multifuncionais surge com objetivo de apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado- AEE, onde são disponibilizados espaços nas escolas públicas de ensino regular. O presente estudo faz uma revisão integrativa que analisou artigos nacionais do período de 2007 a 2017. Dessa forma, analisamos como se dar a formação dos docentes que estão atuando em Sala de Recursos Multifuncionais-SRM. Após a busca nas bases de dados: Scientific Electronic Library (Scielo) e Portal de Periódicos (CAPES /MEC), com as palavras-chave: Formação docente, Sala de Recursos Multifuncionais e Inclusão escolar, 09 artigos foram encontrados. Os resultados e discussão foram apresentados em um quadro nas seguintes categorias: 1) políticas de educação especial e formação docente. 2) lacunas na formação inicial docente frente ao público atendido nas SRM¹. 3) estratégias de ensino e aprendizagem. 4) conhecimento dos professores. Assim, o estudo procurou desvelar os pontos que interferem no trabalho docente em SRM, bem como, a formação inicial recebida para se trabalhar nesse ambiente. Foi constatado, o despreparo com o conhecimento necessário para o trabalho, levando aos docentes a adoção de estratégias e formação continuada. Mediante as dificuldades encontradas nesse contexto, foi evidenciada a importância de uma formação sólida para realização de um trabalho condigno com os princípios da Educação Especial.

¹ Neste artigo utilizaremos a sigla SRM para referenciar o Programa Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais.

Palavras-chave: Formação docente. Sala de Recursos Multifuncionais. Inclusão escolar.

A teaching training for action in a multifunctional resource room: reflections on a vocational training

Abstract

The creation of the Multifunctional Resource Rooms implementation program arises with the objective of supporting the organization and offering of Specialized Educational Service - AEE, where spaces are made available in public schools of regular education. This study is an integrative review that analyzed national articles from 2007 to 2017. Thus, we analyze how to train teachers who are working in the Multifunctional Resource Room-SRM. After searching the databases: Scientific Electronic Library (SciELO) and Portal of Journals (CAPES / MEC), with the keywords: Teacher training, Multifunctional Resource Room and School inclusion, 09 articles were found. The results and discussion were presented in a table in the following categories: 1) policies for special education and teacher training. 2) gaps in initial teacher training in relation to the public served by the SRM. 3) teaching and learning strategies. 4) knowledge of teachers. Thus, the study sought to reveal the points that interfere in the teaching work in SRM, as well as the initial training received to work in this environment. It was found, the lack of preparation with the necessary knowledge for the work, leading the teachers to adopt strategies and continued training. In view of the difficulties encountered in this context, the importance of solid training to carry out work worthy of the principles of Special Education.

Keywords: *Teacher training. Multifunctional Resource Room. School Inclusion.*

Introdução

A discussão acerca da inclusão escolar virou tema recorrente em nosso país, tanto pelo aumento de alunos com deficiência matriculados em escolas regulares, quanto pela nova configuração das escolas que mostram mudanças exigindo, por exemplo, que sejam atendidas “[...] todas as crianças, inclusive aquelas consideradas “diferentes”, em função de deficiência ou desvantagens várias.” (BAPTISTA, 2015, p.7). Um movimento que tem se fortalecido no Brasil e ditado às metas para a

escolarização das pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades, trazendo, cada vez mais, a necessidade de debate a respeito de tudo aquilo que envolve o tema da inclusão (BAPTISTA, 2011, p. 59).

Surge então, decorrente de uma ação institucional, organizada pela Secretaria de Educação Especial, a criação do Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, com o objetivo de apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, que disponibiliza as escolas públicas de ensino regular equipamentos e materiais para a organização do mesmo. Cabendo ao sistema de ensino não só disponibilizar o espaço físico para a implantação do programa, mas também o professor para atuar neste. Diante disso, o presente texto vem trazer reflexões acerca da formação do professor que atua nas Salas de Recursos Multifuncionais através da busca e análise das produções que tem sido realizada no período de 10 anos no Brasil. Essa reflexão se faz necessária diante do amplo debate que tem sido feito a respeito do processo da inclusão escolar e devido à importância que a figura do professor tem diante da implantação e organização do programa em questão.

Ainda sobre isso dito acima, Baptista (2015), ressalta que “O processo de implementação de propostas de educação inclusiva, no contexto da educação brasileira, tem sido propulsor de debates que dão ênfase à necessidade de mudanças significativas na prática educativa” (p.107). Tais mudanças, fazem com que se torne necessário que voltemos a atenção para outros temas referentes à relação entre educação e educação especial, além de considerar possíveis ressignificações da função docente, no intuito desse se adequar à nova realidade. Dito isso, se faz necessário “[...]estar prevista nas políticas municipais, estaduais e federais de educação a capacitação de professores especializados em educação especial, que atuariam em consonância com os professores das salas regulares” (VILARONGA e MENDES, 2014, p. 141).

Com uma formação debilitada, os professores não atendem satisfatoriamente à política de inclusão e esta se torna cada vez mais deficiente nas escolas públicas do país. Partindo-se do pressuposto de que a docência necessita ser refletida e da mesma estar em constante transformação, a formação do professor é considerada

indispensável para o aprimoramento e renovação desse ofício. Segundo Nóvoa (1992), “A formação passa pela experimentação, pela inovação, pelo ensaio de novos modos de trabalho pedagógico” (p.17) e deve estar articulada com as práticas educativas, ou seja, a formação implica a mudança, não só dos professores, como também das escolas. Por isso, os problemas da educação nunca devem ser atribuídos exclusivamente aos professores, pois a educação é um sistema bastante amplo e complexo, o qual envolve uma série de particularidades.

Dessa forma, vale destacar que o desenvolvimento profissional dos professores deve estar articulado com as escolas e a mudança educacional depende dos professores e de sua formação, ou seja, é preciso que haja uma mudança ampla nos vários setores envolvidos para se ter uma efetiva evolução na educação, onde a figura do professor se torna peça fundamental desse processo. De modo que, o programa da Sala de Recursos Multifuncionais, que é lócus em questão, só será eficaz se seus atores da ação forem capacitados e capaz de desempenhar um bom trabalho. Um bom profissional começa na sua formação e um bom serviço depende do profissional.

Aspectos metodológicos

Essa pesquisa foi realizada por meio de uma revisão integrativa, onde uma das características principais desse método de pesquisa é o levantamento de diversos estudos que possuam caráter de relevância sobre o assunto estudado. Levando, dessa forma, ao entendimento aprofundado, uma vez que tomamos como base estudos anteriores; em seguida, é feita uma análise de forma a permitir um embasamento sobre a temática abordada e quiçá revelar a necessidade em se fazer novos estudos a fim de preencher as lacunas.

Ainda sobre a pesquisa integrativa e sua elaboração, Mendes, Silveira e Galvão (2008, p. 760) afirma que:

[...] a elaboração da revisão integrativa, no primeiro momento o revisor determina o objetivo específico, formula os questionamentos a serem respondidos ou hipóteses a serem testadas, então realiza a busca para identificar e coletar o máximo de pesquisas primárias relevantes dentro dos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos.

Esse tipo de pesquisa também é dividido em seis fases que são: elaboração das hipóteses ou questões a serem estudadas, busca na literatura, categorização dos estudos, avaliação dos estudos a serem incluídos, interpretação dos dados e por fim apresentação dos resultados.

Resultados e discussão

A pesquisa teve como objetivo analisar a formação docente para atuação em Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), onde foram feitas buscas em duas bases de dados: Scientific Eletronic Library On-Line (SciELO) e Portal de Periódicos CAPES /MEC. Ambos são tidos como referência em pesquisa científica. Escolhemos o período de 2007 a 2017, buscando assim pesquisas atualizadas nesse intervalo de uma década. Foram selecionados para a busca de periódicos os seguintes descritores: formação docente, Sala de Recursos Multifuncionais e Inclusão escolar, de forma a contemplar a temática pesquisada. O que nos possibilitou os seguintes resultados de busca: CAPES (52 periódicos) e SCIELO (209 periódicos), conforme quadro 1. Destes, foram selecionados 9 periódicos, onde utilizamos como principal critério o tratamento específico da temática abordada. Outrossim, os demais foram excluídos por não tratarem com relevância o tema em questão abrangendo o seu conteúdo a outras problemáticas. Por fim, foram extraídos da amostra informações para analisarmos como se dar a formação docente para atuação na Sala de Recursos Multifuncional (SRM).

Título do Artigo	Data de Publicação	Autor (es)	Base de dados
Ação Pedagógica e Educação Especial: Sala de Recursos como Prioridade na Oferta de Serviços Especializados	2011	<i>Claudio Roberto Baptista</i>	SCIELO
A Educação Especial em Maceió/Alagoas e a Implementação da Política do Atendimento Educacional Especializado	2014	<i>David dos Santos Calheiros; Neiza de Lourdes Frederico Fumes</i>	SCIELO
Aspectos da Organização e Funcionamento do Atendimento Educacional Especializado: Um Estudo em Larga Escala	2017	Mara Silva Pasian; Enicéia Gonçalves Mendes; Fabiana Cia	SCIELO

Atendimento Educacional Especializado: Aspectos da Formação do Professor	2017	Mara Silva Pasian; Enicéia Gonçalves Mendes; Fabiana Cia	SCIELO
O atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais da educação infantil	2017	Josiane Beltrame Milanesi* Fabiana Cia**	CAPES
Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e a Formação Docente no Brasil	2013	Rosalba Maria Cardoso Garcia	SCIELO
Sala de Recursos no Processo de Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual na Percepção dos Professores	2012	Esther Lopes; Maria Cristina Marquezine	SCIELO
Trabalho docente com alunos público-alvo da educação especial na educação infantil	2016	Jaqueline Belga Marques; Claudia Regina Mosca Giroto	CAPES
Trabalho e formação docente para o atendimento educacional especializado	2015	Eliane Brunetto Pertile Elisabeth Rossetto	CAPES

Quadro 1 - Informações dos artigos obtidas e organizadas pelas autoras.

Observando-se o quadro acima, é possível notar que o ano 2017 obteve maior evidência. Os demais encontrados, um em 2011, um em 2012, um em 2013, um em 2014, um em 2015 e um em 2016. Ressalta-se que para este estudo, todos os artigos são publicações brasileiras e estavam na língua portuguesa.

Antes de tratarmos das categorias, é importante fazer uma ressalva a respeito da formação docente para atuação nas Salas de Recursos Multifuncionais. Apresenta-se como principal fator, a atuação do professor no desenvolvimento do aluno em sua totalidade, trabalhando de forma que as ações sejam realizadas de maneira crítica e reflexiva. Faz-se necessário esclarecer que a Sala de Recursos Multifuncionais - SRM é tratada como lócus do Atendimento Educacional Especializado - AEE, de modo que algumas vezes será utilizado a expressão SRM, outras vezes AEE para referir-se a mesma discussão.

Ainda sobre esse contexto, ressaltamos que não se pode negar a deficiência ou a necessidade educativa especial que a criança venha apresentar, pois isso é algo presente e não se exclui sua existência. Dessa forma, faz-se necessário a criação de estratégias por parte da comunidade escolar e principalmente aos educadores que

lidam diretamente com esse público. Para que assim, esses profissionais possam realizar ações não só produtivas, todavia, que venham a lhes proporcionar uma melhor qualidade de vida, lhes dando autonomia e corroborando para seu desenvolvimento. Para esse tema, indicamos os estudos de Alves (2009; 2013; 2015, 2016) em que a autora traz, a partir do pensamento complexo ecossistêmico e transdisciplinar, os principais norteadores para a criação de estratégias e práticas integradoras, inovadoras e inclusivas.

Sobre o papel crucial da escola, Libâneo (2002) afirma que a escola tem um papel de difundir o conhecimento independente da condição física, psíquica, motora, visual, intelectual de debilidade ou deficiência que apresente o estudante, pois se trata de uma instituição que deve promover a democracia e integrar o aluno em sua realidade para que de fato haja a sua integração e pós- formação acadêmica. Ou seja, que este sujeito tenha sua condição de humanidade efetivamente consolidada no contexto social. Como o autor afirma:

Papel da escola - A difusão de conteúdos é a tarefa primordial. Não conteúdos abstratos, mas vivos, concretos e, portanto, indissociáveis das realidades sociais. A valorização da escola como instrumento de apropriação do saber é o melhor serviço que se presta aos interesses populares, já que a própria escola pode contribuir para eliminar a seletividade social e torná-la democrática. Se a escola é parte integrante do todo social, agir dentro dela é também agir no rumo da transformação da sociedade. Se o que define uma pedagogia crítica é a consciência de seus condicionantes histórico-sociais, a função da pedagogia "dos conteúdos" é dar um passo à frente no papel transformador da escola, mas a partir das condições existentes (LIBÂNEO, 2002, p.38).

Portanto, no contexto da inclusão escolar o professor tem uma relação importante de participação da construção do conhecimento e assimilação dos conteúdos da disciplina. De forma que, o conhecimento pedagógico deve perpassar os muros da escola, formando estudantes cada vez mais autônomos e reflexivos. Ainda neste cenário da escola regular, seguindo o princípio da inclusão, temos a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais como recurso de apoio ao desenvolvimento do Atendimento Educacional Especializado -AEE.

Esse surge como proposta, não só de inclusão, mas para que aja permanência desses alunos na escola, de forma que os auxiliem em seu desenvolvimento, melhorando seu ensino e a aprendizagem. O AEE em seu Art. 3º traz como objetivos:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011, p. 01).

Com isso, é perceptível a presença de políticas de incentivo voltadas a inclusão, ao mesmo tempo, para a capacitação de profissionais especializados no atendimento a essa população (BRASIL, 1996; 2001; 2009).

A seguir, serão apresentados os resultados e a discussão referente às categorias elaboradas.

Categoria 1: políticas de educação especial e formação docente.

A partir da análise dos dados verificou-se que os 9 artigos relatam a necessidade do preparo dos professores para atender adequadamente os educandos especiais. Garcia (2013) reflete a formação docente no âmbito das políticas inclusivas, especialmente as políticas de educação especial. De modo que, segundo ele,

A preocupação com o atendimento aos “educandos especiais” nas escolas regulares e nas instituições especializadas revela que a proposta de escola inclusiva no período se aproximava de uma compreensão de inclusão processual, desenvolvida em diferentes espaços físicos e institucionais. Ao mesmo tempo, registra-se a atenção dedicada ao preparo/formação dos profissionais, já anunciando a importância que a formação em serviço ganhou ao longo da década no país (2013, p.103).

Um dos princípios a ser considerado na constituição dos cursos de formação foi a inclusão das questões referentes à educação dos alunos com necessidades especiais nos programas de formação. Nesse mesmo estudo, Garcia (2013) esclarece que a simples inserção de disciplinas ou conteúdos não são suficientes para garantir uma formação docente eficiente acerca da educação dos sujeitos da educação especial.

Nesse mesmo contexto, começa a surgir outras modalidades de cursos, como o Curso de Aperfeiçoamento de Professores do Atendimento Educacional Especializado, o qual está diretamente articulado ao Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Tal programa funciona como apoio da atual política para a educação especial no Brasil e está vinculado ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o qual se constitui como plano de metas do governo federal que apresenta projetos da educação nacional. A partir daí, observou-se um crescimento do atendimento educacional especializado.

Aos poucos, conforme Garcia (2013), o conceito de educação especial foi se atualizando e reformulando, resultando no termo “Atendimento Educacional Especializado”, mais conhecido como AEE; tendo a Sala de Recursos Multifuncionais como lócus por excelência do trabalho dessa modalidade. Garcia (2013, p. 108), define o professor do AEE,

[...] como profissional docente com formação específica, não mais definido como “especializado”. Para além do professor do AEE, outros profissionais são elencados: intérprete de libras, instrutor de libras, monitor/tutor, e o próprio professor regente das turmas de educação básica, o qual precisa ter em sua formação contato com conteúdos que favoreçam a prática pedagógica com os alunos da educação especial.

Por isso, segundo Garcia (2013), a perspectiva Inclusiva implica num AEE a ser realizado nas escolas regulares das redes de ensino em Salas de Recursos Multifuncionais, com recursos e professores específicos. No entanto, o modelo de atendimento proposto pela atual política transforma o professor de educação especial em um ser multifuncional, denominação atribuída às salas de recursos que atendem a uma demanda bastante diversificada. A ideia de multifuncionalidade da sala de recursos é, então, transferida para o professor, e deste, passa a ser exigido, ter uma formação eclética.

Baptista (2011), também traz uma reflexão acerca dos serviços especializados e questiona a quem se destina, de fato, o espaço pedagógico da sala de recursos e que características deve ter o docente para atuar nessas salas. Segundo o autor, a formação do professor responsável pelo AEE deve o habilitar para o exercício da docência na

formação inicial e ter formação específica bastante diversificada para a educação especial.

Categoria 2: lacunas na formação inicial docente frente ao público atendido nas SRMS.

Conforme Nóvoa (1992), é preciso fazer uma reflexão fundamental sobre a profissão docente para então se pensar sobre a formação de professores. Pois segundo ele, “Mais do que um lugar de aquisição de técnicas e de conhecimentos, a formação de professores é o momento-chave da socialização e da configuração profissional (NÓVOA, 1992, p.4). No entanto, Garcia (2013) afirma que é preciso superar a dicotomia entre teoria e prática da formação inicial e aliar a formação pedagógica à formação dos conhecimentos específicos trabalhados em sala de aula.

Nóvoa (1992), coloca como desafio a qualificação para o desempenho de novas funções. Dessa forma, fica fácil entender como novas demandas decorrentes de um público-alvo diversificado, como, alunos com necessidades educativas especiais, podem se tornar um grande desafio para os professores os quais estão habituados a lidar com uma demanda homogênea. Como já mencionado em tópico anterior, Baptista (2011), se refere à formação do professor responsável pelo AEE, como aquela em que o professor deve ter a formação inicial que o habilite tanto para o exercício da docência como para a formação específica com foco na Educação Especial, de forma que esta seja bastante diversificada.

Pasian, Mendes e Cia (2017), descreve o papel do professor de educação especial das Salas de Recursos Multifuncionais como fundamental, pois o mesmo, “...organiza o funcionamento do AEE e faz o planejamento individual para o aluno PAEE², atendendo às particularidades de cada um” (p. 5). Pois, por possuírem características diferentes, é preciso verificar a melhor forma de atingir resultados positivos para sua aprendizagem considerando suas dificuldades e potencialidades. No entanto, os mesmos autores apontam a falta de apoio dos serviços públicos de saúde como uma

² PAEE: Público-Alvo da Educação Especial.

situação problemática, pois há casos em que o aluno apresenta demandas além de uma necessidade pedagógica e somente o professor não será capaz de acolher. Dizemos isto visto que, os profissionais de saúde como fonoaudiólogos, psicomotricistas, psicólogos etc., possuem outros tipos de conhecimentos, os quais os professores das SRM não têm, de modo que estes profissionais poderiam contribuir para a educação destes alunos.

Contudo, Garcia (2013), menciona: "... uma preocupação em formar um novo professor de educação especial, reconvertido. Ou seja, um profissional que não vai atuar nas instituições especializadas, classes especiais ou salas de recursos de atendimento por área de deficiência" (GARCIA, 2013, p.113). Trata-se sim, de formar o professor do Atendimento Educacional Especializado, realizado na Sala de Recursos Multifuncionais, de forma a atender todos os alunos público-alvo da política de educação especial. É possível observar tal prática, no estudo de Calheiros e Fumes (2014), na medida em que traz exemplos de professores que atuam em Sala de Recursos Multifuncionais da rede municipal de ensino de Maceió/AL, chamando a atenção para o fato de que todos os professores tinham a formação mínima exigida para a atividade, ou seja, a formação que os habilitava à docência e especialização nas áreas de educação especial.

Analisando os artigos selecionados foi constatado que os professores que trabalhavam em SRM atendiam uma variedade de alunos e estes apresentavam diferentes deficiências. Fazendo com que os profissionais para realizar seu trabalho em SRM, buscassem meios de formação continuada, como afirma Millanese e Cia (2017, p. 76):

Foi possível perceber que as participantes do estudo estavam sempre em busca de informações que possibilitassem à elas desenvolverem um trabalho mais efetivo com seus alunos, sendo que esta tentativa se dava através de formações continuadas e pesquisas.

Dessa forma, percebemos a preocupação dos docentes em estar se capacitando para o trabalho com esse público e suas peculiaridades. Em um segundo artigo, verificou-se também tal preocupação, onde a formação docente para atuação em SRM se deu somente após a sua implantação, não havendo assim uma capacitação prévia, fazendo-se necessárias ações emergenciais, onde essas foram desenvolvidas pelo MEC,

como salienta Perteli e Rossetto (2015, p. 05): “Neste processo, houve destaque, dentre as ações do MEC, para a formação a distância como forma de atualizar os professores às novas tarefas, constituindo-se uma formação emergencial e de grande abrangência”.

Em ambos os casos é perceptível a preocupação dos docentes referente a sua capacitação para trabalho desenvolvido em SRM, os levando a buscar por capacitações ou mesmo formações Ead³, onde está não se restringe apenas para a formação para atuação na SRM, mas de uma forma mais geral de formação como afirmam Pertile e Rossetto (2015, p. 5):

[...] A educação a distância (EaD) tem sido uma via muito utilizada não somente para o profissional que atua na SRM, mas para a formação dos docentes em geral. Além de cursos de formação continuada para o AEE, cursos de especialização – *latu sensu* – na modalidade EaD foram aprovados pelo MEC e tiveram grande abrangência em todo o país.

Observa-se então, uma visível contribuição na formação dos profissionais que atuam em SRM, mesmo que esta seja de forma rápida, sendo utilizada apenas para formar e colocar em atuação esses profissionais, como ressalta Pertile e Rossetto (2015).

Categoria 3: estratégias de ensino e aprendizagem.

A educação especial perpassa todos os níveis de ensino e deve disponibilizar os recursos necessários, orientando quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem no ensino regular, como menciona Garcia (2013). O autor coloca o professor da modalidade educação especial como um gestor dos recursos de aprendizagem dos alunos.

Calheiros e Fumes (2014), salienta que o acesso ao ambiente educacional se trata apenas de uma parte do processo, sendo necessário também, garantir a permanência e aprendizagem a todos os alunos. Para isso, Pasian, Mendes e Cia (2017), diz ser necessário que os professores do AEE tenham articulação com os docentes da classe comum, bem como confeccionem recursos pedagógicos para que possam ser desenvolvidas as atividades nas Salas de Recursos Multifuncionais.

³ Ead: Educação à Distância.

Igualmente afirma Lopes e Marquezine (2012, p. 494): “No objetivo da inclusão, o direito à aprendizagem e o acesso a níveis mais elevados de educação fazem parte do que está posto como igualdade de direitos e de oportunidades para todos”. Tratando assim, de forma igualitária os sujeitos pertencentes a esse contexto.

Baptista (2011) enfatiza a necessidade de que haja uma “ação” para que a aprendizagem aconteça. Ou seja, estratégias de ensino e aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento do público-alvo do AEE. De forma que estes possam ser inseridos no contexto social, passando a desenvolver o sentimento de pertencimento a esse.

Categoria 4: conhecimento dos professores a respeito das peculiaridades apresentadas pelos alunos.

Durante a análise dos artigos, foi observado que ao serem entrevistados, os professores relatavam que buscavam informações sobre as peculiaridades dos alunos em diferentes fontes, tendo como principal a internet e recorrendo a livros para realizar informações mais rebuscadas. Em alguns casos, os mesmos buscavam ajuda de outros profissionais de outras áreas, assim como, informações dos alunos passadas por seus respectivos familiares. E assim demonstrando o interesse desses em está proporcionando um trabalho mais eficaz, como ressalta Milanesi e Cia (2017, p. 8):

Foi possível perceber que as participantes do estudo estavam sempre em busca de informações que possibilitassem à elas desenvolverem um trabalho mais efetivo com seus alunos, sendo que esta tentativa se dava através de formações continuadas e pesquisas.

O que mostra um ponto muito positivo nesse contexto, onde mesmo a formação inicial tendo deixado suas lacunas, os docentes procuram preenchê-las buscando por mais conhecimento. Por outro lado, encontramos casos em que a docente em questão apresentava um desconhecimento total sobre a deficiência apresentada pelo aluno, como observamos nos escritos de Marques e Giroto (2016, p. 94):

[...] A professora não apresentou uma compreensão apropriada sobre o perfil desse aluno, na medida que o confundiu com um aluno com deficiência intelectual, demonstrando não ter clareza sobre as especificidades que distinguem os alunos que apresentam transtorno do espectro do autismo daquelas apresentadas por alunos com deficiência intelectual.

Isso mostra claramente o despreparo profissional para o tratamento com esse público peculiar e suas reais necessidades, de modo que a formação para se trabalhar com o público do AEE necessita de um conhecimento mais específico.

Em um terceiro artigo, foi encontrado dados que revela a existência do despreparo docente, no que se diz respeito ao trabalho com alunos que apresentam alguma deficiência e em consequência ao trabalho desenvolvido em SEM. Igualmente fica claro a importância do envolvimento de outros atores que compõe o meio escolar nesse contexto da educação inclusiva, de forma que proporcione espaço a inclusão. O que é uma realidade relativamente distante, como ressalta Marques e Giroto (2016, p. 903):

É fato que, ainda que a legislação e as políticas educacionais vigentes estejam assentadas nos princípios que subsidiam a inclusão, na prática, a inclusão educacional de alunos PAEE⁴ ainda está longe de ser considerada sistematizada e eficiente, tampouco superou o modelo homogeneizador de ensino.

Dessa forma, a formação profissional para atuação em SRM, visando à proposta de inclusão está longe de ser tido como eficaz, ao que depender da formação docente seja ela inicial ou continuada. Contudo, são notórios os esforços dos docentes e dos dispositivos legais (BRASIL, 1996, 2008, 2009,2011) para que haja uma boa formação e um bom trabalho profissionais nas SRMs. No entanto, ainda não são suficientes, deixando assim algumas lacunas.

Considerações Finais

Contudo, pode-se concluir que a formação docente para atuação em Sala de Recurso Multifuncional ainda é fragilizada, pois para se trabalhar com esse público, o qual vem sendo tão recorrente no âmbito escolar e que envolve diretamente a educação especial e inclusiva. Vale ressaltar a dificuldade em se encontrar periódicos que abordasse a temática investigada, diante da escassez de estudos publicados, especificamente referenciando sobre SRM. O que leva-se a pensar na necessidade da realização de mais estudos nessa área. Em análise das categorias, nota-se que as

⁴ PAEE: Programa de Atendimento Educacional Especializado.

pesquisas encontradas demonstram uma preocupação no que concerne ao saber e ao fazer docente nas SRM. Vê-se isso como um ponto de fundamental importância, pois se trata de um público repleto de peculiaridade e que requer um maior preparo profissional. No entanto, após a análise das categorias, foi possível observar que a preocupação com a formação para se trabalhar nesse contexto é recorrente, onde foram constatadas a presença de lacunas na formação inicial dos professores analisados e com isso surge o aparecimento de formação continuada e cursos de aperfeiçoamento para que assim se possa atuar no Atendimento Educacional Especializado e consequentemente nas Salas de Recursos Multifuncionais, e dessa forma, desenvolver um trabalho mais eficaz, beneficiando o público alvo atendido por essa modalidade de ensino.

Referências

ALVES, M. D. F. **Práticas de aprendizagem integradoras e inclusivas: autoconhecimento e motivação**. Rio de Janeiro: WAK, 2016.

ALVES, M. D. F. **Reflexões sobre aprendizagem: de Piaget a Maturana**. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.13, n.04, p. 838 - 862 out./dez.2015. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo - PUC/SP. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acesso em jan. 2018.

ALVES, M. D. F. **Construindo cenários e estratégias de aprendizagem integradoras (inclusivas)**. 2013. 276 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

ALVES, M. D. F. **Favorecendo a inclusão pelos caminhos do coração: complexidade, pensamento eco-sistêmico e transdisciplinaridade**. Rio de Janeiro, WAK, 2009.

BAPTISTA, Claudio Roberto. **Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382011000400006&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 07 de jan. de 2018.

_____. **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf Acesso em: 20 de Dezembro de 2017.

BRASIL. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf Acesso em: 20 de Dezembro de 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm Acesso em: 17 de Dezembro de 2017.

CALHEIROS, David dos Santos; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. **A educação especial em Maceió/Alagoas e a implementação da política do atendimento educacional especializado**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000200008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

LIBÂNEO, J. C. **Didáticos Velhos E Novos Temas**. Edição do Autor. p. 126-134. Maio de 2002.

LOPES, Esther; MARQUEZINE, Maria Cristina. **Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000300009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

MARQUES, Jaqueline Belga; Giroto, Claudia Regina Mosca. **Trabalho docente com alunos público-alvo da educação especial na educação infantil**. 2016. Disponível em: <http://piwik.seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8933> Acesso em: 08 de janeiro de 2018.

MENDES, Silveira e Galvão **_REVISÃO INTEGRATIVA: MÉTODO DE PESQUISA PARA A INCORPORAÇÃO DE EVIDÊNCIAS NA SAÚDE E NA ENFERMAGEM**, São Paulo, SP, Brasil. Março, 2008. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2008 Out-Dez; 17(4): 758-64.

MILANESI, Joseane, Beltrame; CIA, Fabiana. **O atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais da educação infantil**, Santa

Maria, Brasil. Jan/ Abr 2017. Disponível em:
<http://www.redalyc.org/pdf/3131/313150464006.pdf> Acesso em: 29 de Dezembro de 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17430-programa-implantacao-de-salas-de-recursos-multifuncionais-novo> Acesso em: 07 de janeiro de 2018.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa : Dom Quixote, 1992.

PASIAN, Maria Silva; MENDES, Enicéia Gonçalves e CIA, Fabiana. **Aspectos da organização e funcionamento do atendimento educacional especializado: um estudo em larga escala**. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982017000100111&lng=en&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

_____. **Atendimento Educacional Especializado: Aspectos da Formação do Professor**. Acesso em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742017000300009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

PERTILE, Eliane Brunetto; Trabalho e formação docente para o atendimento educacional especializado. 2015. Acesso em:
<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6219t> Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores**. Acesso em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217666812014000100008&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 07 de janeiro de 2018.

Submissão: Fev. 2019
Aprovado: Mar. 2019